



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO GONÇALO, RJ.

Juíza Federal Titular: DR. ÉRICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO

**Juíza Federal Substituta (no exercício da titularidade): DRA. MARIA
CAROLINA AKEL AYOUB**

Juiz Federal Substituto: DR. ALEX LAMY DE GOUVÊA

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 15 a 19 de fevereiro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo, RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Regularizar a petição nº 2014.7162.031993-1, de março de 2014, referente ao processo nº 00025494320124025117, pendente de juntada. Bem como, verificar no local virtual “Intimação/Citação WEB”, a situação do documento nº 0006633-63.2007.4.02.5117, de 07/12/2015;
2. Verificar os processos remetidos aos órgãos externos com prazo vencido;
3. Corrigir no Sistema Apolo o motivo da suspensão de processos que se encontram nas seguintes categorias: “*outras suspensões – processos*”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

de execução”, “outros – fase/processo execução” e “outros – fase conhecimento”(item 3, “g”, “h” e “i” do relatório de correição);

4. Observar e retificar, quando possível, a correta classificação das sentenças, e evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, tendo em vista 16 sentenças classificadas como vazias. Assim como, seguir as determinações do item 4 (classificação de sentença cível em processo de execução) do OFÍCIO CIRCULAR Nº T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, do TRF da 2ª Região;
5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 119 processos com tal fase não informada;
6. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º 518/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 18 de janeiro de 2016, e Portarias PR-RJ n.º 53 e 58, de 15/01/2016, o Procurador da República Dr. Marco Otávio Almeida Mazzoni foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 282 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. Érico Teixeira Vinhosa Pinto, em exercício desde 12/06/2013.

. Substituta (no exercício da titularidade): Dra. Maria Carolina Akel Ayoub, em auxílio ao titular na primeira quinzena de cada mês (processos ímpares), desde 10/06/2015. No exercício da titularidade de 07/01/2016 a 05/02/2016 (férias do titular), sem prejuízo de sua jurisdição como substituta na 2ª Vara Federal de São Gonçalo, RJ.

. Substituto: Dr. Alex Lamy de Gouvêa, em auxílio ao titular na segunda quinzena de cada mês (processos ímpares), desde 10/06/2015.

“A jurisdição do juízo era realizada exclusivamente pelo Magistrado titular, Érico Teixeira Vinhosa Pinto, até 09/06/2015. Com a edição do ATO Nº TRF2-ATC-2015/00121, em razão do elevado número de processos distribuídos no ano de 2014 neste juízo, foram designados dois juízes substitutos (Dra Maria Carolina Akel Ayoub e Dr. Alex Lamy de Gouvêa) com jurisdição sobre o acervo ímpar da vara, nos períodos de 01 a 15 e 16 a 31 de cada mês, respectivamente”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1, e consulta à tabela de movimentação de Juízes desta Corregedoria.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 10

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Requisitado com vínculo: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo da Vara	Correição de 2014	Correição de 2016
Total	11.313	11.780
Suspensos	6.491	8.063
Ag. julgamento recurso	21	28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tramitação ajustada	4.801	3.689
----------------------------	--------------	--------------

Fonte: Mapa - Movimentação Processual da 1ª Instância, 1ª V.F. Exec. Fiscal de São Gonçalo, RJ, constante do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 15.02.2016.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Período	01/02/2015 a 31/01/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	1.907	13,24	5
Decisão	11.187	77,67	14
Sentença	1.310	9,09	49
Total Geral	14.404	100,00	16

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 15/02/2016.

META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

→ De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, METAS DO CNJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

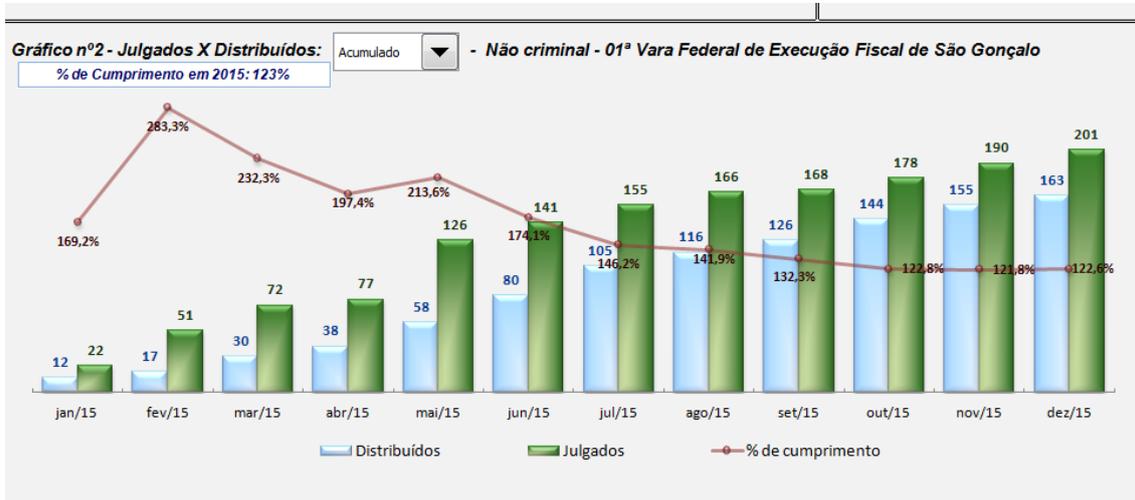
OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

extraído em 15/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 123%**, como ilustram o quadro e o gráfico a seguir:

Mês	Matéria	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara		
dez/15	Não criminal	SJRJ	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo	
Meta 1 2015	Julgados	Distribuídos	% de cumprimento	
1º Grau	38.227	40.842	94%	
1º Grau / SJRJ	32.482	33.592	97%	
1º Grau / SJES	5.745	7.250	79%	
Juizado Especial Federal	113.993	116.899	98%	
JEF / SJRJ	97.493	97.659	100%	
JEF / SJES	16.500	19.240	86%	
Turma Recursal	42.717	42.801	100%	
TR / SJRJ	37.179	36.820	101%	
TR / SJES	5.538	5.981	93%	
Tribunal Regional Federal	49.545	50.990	97%	
SJRJ	167.154	168.071	99%	
SJES	27.783	32.471	86%	
TRU	43	31	134%	
Total - 2ª Região	244.525	251.563	97%	
01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo	201	163	123%	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

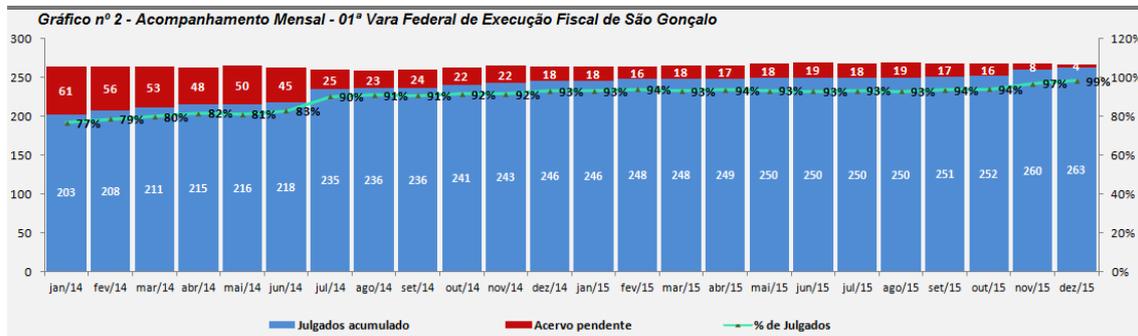
Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Da análise dos quadros e gráfico abaixo, verifica-se que foram julgados 99% dos processos referentes à Meta 2 do CNJ. Constam 04 processos pendentes de julgamento.

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				Data de atualização:	
dez/15	100%	SJRJ	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo		TRF - 31/12/2015	SJRJ - 31/12/2015 SJES - 31/12/2015	
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%	
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%	
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%	
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%	
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%	
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%	
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%	
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%	
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%	
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%	
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%	
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%	
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%	
01ª Vara Federal de Execução Fiscal de	267	246	17	263	4	99%	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Ano: 2015
 Mês: Dezembro
 Vara: 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo: Última movimentação

Ano_distribuido	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
2007	1	0	1
2010	3	0	3
Total geral	4	0	4

Total Geral = 4 processos pendentes de julgamento, com a seguinte distribuição:

Ano de 2007

Última movimentação (menos de 100 dias):

00034282620074025117 - EMBARGOS À EXECUÇÃO. Processo autuado em 14/05/2007, e redistribuído por dependência em 29/01/2008. Em 27/03/2009, foi publicado despacho intimando o embargante para ciência de Dívida Ativa e para emenda à inicial, no prazo de 30 dias. Decisão em 19/01/2016, intimando a União para no prazo de 5 dias se manifestar sobre a documentação apresentada pela JUCERJA. Sentença do tipo A (fundamentação individualizada), publicada em 04/02/2016, julgando extintos os embargos à execução, na forma do inciso VI do art. 267 do CPC, reconhecendo a ilegitimidade do embargante para responder pelo débito; condenando o exequente ao pagamento de honorários advocatícios e levantamento da penhora realizada nos autos. Último movimento em 05/02/2016, remessa para a Fazenda Nacional por motivo de recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano de 2010

Última movimentação (mais de 100 dias):

00024114720104025117 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Processo autuado em 30/11/2010. Despacho publicado em 15/03/2011, concedendo prazo de 10 dias para o executado oferecer bens à garantia do juízo, com emenda à inicial para atribuir valor correto à causa, de acordo com a previsão do inciso V do art. 282 do CPC. Decisão em 03/11/2015, recebendo os embargos com efeito suspensivo em relação à parte garantida; citação do exequente para oferecimento de impugnação no prazo de 30 dias e vista à parte autora para se manifestar em réplica. Sentença tipo A (fundamentação individualizada), publicada em 18/02/2016, julgando improcedente o pedido em relação à tese de prescrição, de acordo com o inciso I do art. 269 do CPC e julgando extinto o processo sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir, em relação ao pedido de afastamento de multa e juros, conforme disposto no inciso VI, do art. 267 do CPC. Último movimento em 18/02/2016, publicação da sentença.

00081322820104025101 – AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA. Processo autuado em 07/06/2010, e redistribuído em 10/05/2013. Decisão publicada em 08/03/2013, declarando a incompetência absoluta do juízo e determinando o declínio dos autos para a 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ. Decisão publicada em 17/12/2015, determinando a expedição de ofício para a Delegacia da Receita Federal informar ao juízo o montante dos valores recolhidos pelo autor; a atual localização das verbas, tendo em vista que o parcelamento foi indeferido e verificar se os valores recolhidos foram apropriados como crédito. Último movimento em 05/02/2016, movimentação cartorária, tipo aguardando resposta de ofício.

00018363920104025117 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Processo autuado em 04/10/2010. Despacho publicado em 13/05/2011, concedendo prazo de 10 dias para o executado oferecer bens à garantia do juízo e emendar a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

inicial, atribuindo valor à causa, de acordo com o art. 282, V do CPC. Sentença tipo A (fundamentação individualizada), publicada em 05/02/2016, julgando procedente o pedido, de acordo com o art. 269, inciso I do CPC, declarando a inidoneidade do título cobrado na execução fiscal e determinando a extinção da cobrança judicial, em decorrência do pagamento. Último movimento em 15/02/2016, devolução de remessa à Fazenda Nacional.

Observação: verifica-se que os processos referentes à Meta 2/CNJ, pendentes de julgamento, estão tendo regular movimentação processual.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/02/2016, e consultas ao Apolo, posição até 22/02/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

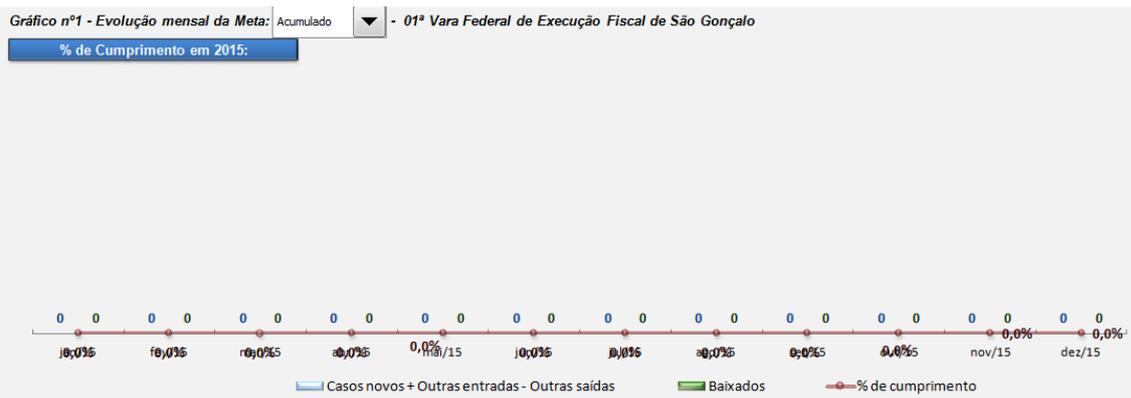


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com os quadros e gráfico obtidos no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraídos em 15/02/2016, verifica-se no juízo correicionado, a seguinte situação:

Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
dez/15	SJRJ	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo					
Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo	1	0	0	0	0	1	0%





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano	2015	▼
Mês	Janeiro	▼
Vara	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo	▼

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo CNJ	
Juízo	Total
1º Grau	1
Juizado	0
Total geral	1

Ano 2015

00061564020074025117 – EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Processo autuado em 27/11/2007, redistribuído em 12/05/2009 para a 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ. Despacho publicado em 03/03/2008, indeferindo a indicação do bem, tendo em vista que não pertence ao patrimônio da empresa executada; citação na forma do art. 652 do CPC; decorrido o prazo sem manifestação, realizar penhora e avaliação. Decisão em 11/02/2016, intimação da parte autora para requerer o que entender cabível e indicar veículos para a constrição via sistema RENAJUD; expedição de mandado para cumprimento da constrição deferida. Último movimento, conclusão para decisão em 22/02/2016. O processo está tramitando regularmente no juízo da 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/02/2016.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;
Não há dados a relatar.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se Aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

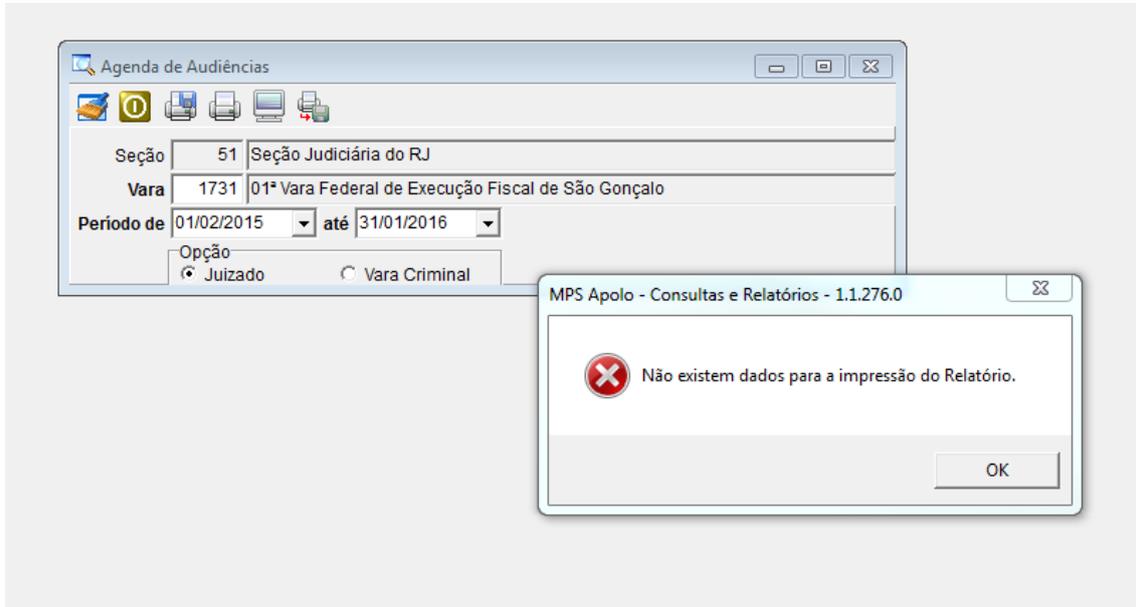
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/02/2016, análise eletrônica dos processos e consultas ao Apolo, **posição até 22/02/2016.**

→ AUDIÊNCIAS
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 00 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, no período de 01/02/2015 a 31/01/2016, como se vê a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



De acordo com o questionário pré-correição: “*Não houve*”.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, consulta realizada em 15/02/2016, e Questionário Pré-correição, item 3.2.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não foram identificados locais virtuais destinados às iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição:

“Há, atualmente, 40 processos aguardando despacho inicial, todos relativos à Execução Fiscal (classe 3000). Em razão da acurada análise feita nas iniciais, a fim de se imprimir eficácia no processamento das execuções, o despacho inicial leva em torno de 20 dias para ser proferido.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Em se tratando de processos de conhecimento, não há demandas aguardando despacho inicial. Nestes casos, o despacho inicial é dado em até 3 dias.

Petições Iniciais: diariamente, a servidora Valéria pega no “Balcão De Entrada” as ações livremente distribuídas, anota as custas eventualmente recolhidas e lança no sistema Apolo os despachos e decisões já padronizadas (cujos modelos foram elaborados e aprovados), encaminhando nas demais hipóteses os processos para análise do Magistrado, geralmente com minutas, valendo ressaltar que é feita uma profunda análise inicial das Certidões de Dívida Ativa objeto das execuções fiscais, de sorte a se averiguar eventual prescrição/decadência dos créditos”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/02/2016, às 19h27min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

- a. Documentos: 28
- b. Sendo o mais antigo de 16/02/2016, referente ao documento n.º (0105680-29.2015.4.02.5117 - Local: 1731) 2016.3002.111836-7.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/02/2016, às 14h43.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Prevenção: pela natureza dos feitos, dificilmente recebemos processos para análise de prevenção”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

“Constatou-se que a verificação de prevenção, litispendência e coisa julgada está sendo feita de acordo com as normas pertinentes, mediante juntada de cópias do processo preventivo ou certidão explicativa acerca do objeto do processo preventivo”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, item 7, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08943, de 10/06/2015, realizada no período de 25/05/2015 a 29/05/2015.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	15/02/2016
Conclusão até	12/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	0,00
Decisão	2	100,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	2	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00035385920064025117 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 31/08/2006, e redistribuída em 13/11/2007. Despacho registrado no sistema em 13/09/2006,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinando a tramitação do feito em segredo de justiça; a suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, de acordo com o art. 40 da LEF; decorrido o prazo de suspensão, vista ao exequente na forma do §2º do art. 40 da Lei 6.830/80. Decisão de 16/02/2016, suspendendo o feito pelo prazo de 2 anos, na forma do inciso III do art. 158 da Lei 11.101/05, decorrido o prazo prescricional, abrir conclusão para sentença, sendo este o último movimento processual.

00550921820154025117 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 29/05/2015. Despacho registrado no sistema em 05/06/2015, determinando a citação conforme o art. 8º da Lei 6.830/80; confirmando o parcelamento, suspendendo de acordo com o art. 792 do CPC. Despacho registrado no sistema em 15/02/2016, indeferindo pedido de realização de diligência em domingo, feriado ou em dia útil fora do horário previsto pelo art. 172 do CPC. Último movimento em 19/02/2016, movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado.

Analísado, ainda, por amostragem, o seguinte local virtual:

Conclusão (processamento), com 674 documentos, sendo o mais antigo de 01/10/2015, de n.º 00002482-54.2007.4.02.5117.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 15/02/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/02/2016 às 15h07.**

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

5.1. Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	15/02/2016
Último Movimento até	12/02/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	0	N/A
Mais de 60	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Observação: Não foram analisados processos, uma vez que não existiam processos parados no mapa extraído em 15/02/2016, com último movimento em 12/02/2016, como se observa no quadro apresentado acima.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 15/02/2016.

5.2. Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal):

Posição em	15/02/2016
Último Movimento até	12/02/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	0	N/A
Mais de 180	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Observação: Não foram analisados processos, não havia processos parados além do prazo determinado pelo art. 228 da CNCR, como se pode visualizar no quadro acima.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal, extraído em 15/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada, em 15/02/2016, constam 24 documentos, sendo **o mais antigo de marco de 2014, petição nº 2014.7162.031993-1, referente ao processo nº 00025494320124025117.**

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

“Segundo o relatório de petições pendentes de juntada, retirado do portal de Estatísticas do TRF2, verificou-se a existência de 34 petições pendentes de juntada, sendo 33 de autos no TRF – 2ª Região e 1 remetida ao Setor de Distribuição desta Subseção para Autuação e distribuição como Embargos à Execução.

As petições pendentes de juntada em processos que se encontram no TRF são mantidas em local virtual próprio no sistema Apolo (“Petições Pendentes”), mantendo-se o procedimento de registrar na petição a seguinte observação “Autos no TRF”.

A juntada das petições pendentes vem obedecendo ao Provimento 81/2010, que estabelece o prazo de 3 dias úteis para juntada do documento, atentando-se, também para o disposto no Provimento 72/2010, ambos da Corregedoria-Regional, que prevê a realização do movimento de baixa das petições cujos processos estejam arquivados. As petições baixadas têm sido arquivadas em pasta virtual própria no Sistema Apolo.

É importante frisar que, na data de assunção da titularidade do juízo por este magistrado, em junho de 2013, havia 943 petições pendentes de juntada no juízo”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 15/02/2016, Relatório de Inspeção Anual, item 04, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08943, de 10/06/2015, realizada no período de 25/05/2015 a 29/05/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram identificados, por amostragem, os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

Prazo (motivo: mês. dia – razão de estar no prazo), com 1.020 documentos, sendo o mais antigo de 23/10/2015, n.º 0000582-36.2007.4.02.5117.

Bacenjud – Aguardando Envio, com 51 documentos, sendo o mais antigo de 15/01/2016, n.º 0004217-78.2014.4.02.5117.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, **posição em 17/02/2016, às 17h57min.**

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

Cumprir Despacho (Expedição), com 330 documentos, sendo o mais antigo de 18/01/2016, n.º 0006889-06.2007.4.02.5117.

Intimação/Citação WEB, com 181 documentos, sendo o **mais antigo de 07/12/2015, n.º 0006633-63.2007.4.02.5117.**

Leilão para Designar, com 88 documentos, sendo o mais antigo de 28/10/2015, n.º 0001978-48.2007.4.02.5117.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/02/2016, às 17h57min.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	15/02/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	2
Sistema	43
Documento	58
Total Geral	103

➔ Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Execução Fiscal (Eletrônicos):

a) Sistema:

00018683920134025117: Regular a informação sigilo no sistema Apolo, bem como a decisão judicial respectiva (em 04/11/2014, fl. 205).

00313666019884025117: Regular a informação segredo de justiça no sistema, bem como a decisão judicial respectiva (em 13/09/2013, fl. 330).

00059367620064025117: Regular a informação sigilo no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 11/12/2006, fl. 81).

00013531420074025117: Regular a informação segredo de justiça no sistema, bem como a ordem judicial respectiva (em 20/01/2014, fl. 184).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00014816820064025117: Regular a informação sigredo de justiça no sistema, bem como a decisão judicial respectiva (em 09/07/2015, fl. 305).

b) Documento:

00039482020064025117: Regular a informação, sigilo de peças no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 02/10/2006, fl. 66).

00064257920074025117: Regular a informação, sigilo de peças, no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 22/06/2015, fl. 120).

00014767520084025117: Regular a informação, sigilo de peças, no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 29/04/2015, fl. 100).

00026205020094025117: Regular a informação do sigilo de peças no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 17/07/2014, fl. 86).

00003213220114025117: Regular a informação do sigilo de peças, no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 18/08/2014, fl. 102).

c) Absoluto:

00029911920064025117: Regular a informação do sigilo absoluto, no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 14/08/2006, fl. 99).

00035385920064025117: Regular a informação do sigilo absoluto, no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 11/09/2006, fl. 54).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Sigredo de Justiça, extraído em 15/02/2016, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/02/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	02/2015 a 01/2016
	Processos	2.653
	Boletins	192
	Média (Proc. / Bol.)	13,82
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,95

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 15/02/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **65** processos com prazos vencidos, na seguinte situação, de acordo com o destinatário:

Fazenda Nacional: **48** processos, sendo o mais antigo com prazo expirado em 29/01/2013, com **1.112 dias vencidos**, n.º **0003010-49.2011.4.02.5117**.

PSF: **15** processos, sendo o mais antigo com prazo expirado em 06/05/2015 (com **285 dias vencidos**), n.º **0000923-52.2013.4.02.5117**.

CRF-RJ: **02** processos, sendo o mais antigo com prazo expirado em 29/10/2015, com **109 dias vencidos**, n.º **0002715-80.2009.4.02.5117**.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, vencidos e não devolvidos até 15/02/2016, e consultas ao Apolo, **posição em 16/02/2016**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS**
(Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 15/02/2016):

Execução Fiscal: 8.072

Outras Classes: 55

2. Motivo Da Suspensão

Execução Fiscal:

- Aguarda decisão de instância superior: 22
- Art. 20, Lei 10.522/02: 1.598
- Art. 40, § 2º, LEF: 2.284
- Art. 40, *caput*, LEF: 1.169
- Cumprimento precatório/RPV: 10
- Embargos à execução: 123
- Outras suspensões – processos de execução: 38
- Outros – fase conhecimento: 06
- Outros – fase/processo execução: 1.284
- Parcelamento: 1.533
- Suspenso – art. 40 – Lei 6830: 04
- Suspenso - Aguardando julgamento de Recurso: 01

Outras classes:

- Aguarda decisão de instância superior: 05
- Art. 20, Lei 10.522/02: 02
- Art. 40, § 2º, LEF (Arquivamento sem baixa): 04
- Art. 40, *caput*, LEF: 01
- Cumprimento precatório/RPV: 05
- Embargos à execução: 05
- Outras suspensões – processos de execução: 02
- Outros – fase conhecimento: 02
- Outros – fase/processo execução: 29



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior:

00000372420114025117	(decisão, 11/02/2014, fl. 77)
00010378820134025117	(decisão, 26/08/2015, fl. 144)
00018854620114025117	(decisão, 20/08/2012, fl. 40)
00028445620074025117	(decisão, 26/08/2010, fl. 79)
00037256720064025117	(decisão, 23/10/2014, fl. 149)

b) Art. 20 da Lei n.º 10.522/02:

00000142020074025117	(decisão, 11/07/2014, fl. 118)
00000168720074025117	(decisão, 07/02/2014, fl. 84)
00001325420114025117	(decisão, 06/04/2011, fl. 32)
00017905520074025117	(decisão, 25/05/2011, fl. 86)
00059208820074025117	(decisão, 27/04/2011, fl. 58)

c) Art. 40, § 2º, da LEF (arquivamento sem baixa):

00000575420074025117	(despacho, 29/01/2010, fl. 52)
00003988020074025117	(decisão, 11/01/2010, fls. 102/103)
00013430420064025117	(despacho, 20/08/2009, fl. 43)
00013730520074025117	(despacho, 24/09/2008, fl. 68)
00022533120064025117	(despacho, 06/12/2006, fl. 53)

d) Art. 40, *caput*, da LEF:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00017122720084025117 (decisão, 09/02/2015, fl. 130)
00017137020124025117 (decisão, 29/08/2014, fl. 142)
00017247520074025117 (decisão, 04/12/2014, fl. 393)
00019370820124025117 (decisão, 10/02/2015, fl. 246)
00021715820104025117 (decisão, 09/02/2015, fls. 70/71)

e) Cumprimento precatório/RPV:

00037374720074025117 (decisão, 08/09/2015, fl. 140)
00043866520144025117 (decisão, 09/10/2015, fl. 50)
00060788020064025117 (decisão, 07/04/2015, fl. 606)
00063244220074025117 (decisão, 16/06/2015, fl. 453)

f) Embargos à execução:

00033953620074025117 (decisão, 19/01/2011, fls. 114/115)
00034586120074025117 (despacho, 14/09/2007, fl. 01)
00047776420074025117 (despacho, 25/04/2014, fl. 205)
00044369120144025117 (decisão, 04/11/2015, fls. 84/85)

g) Outras suspensões – processos de execução:

00065496220074025117 (despacho, 23/11/1999, fl. 20)
00068310320074025117 (despacho, 05/11/2008, fl. 45, suspenso de acordo com o art. 20 da Lei 10.522/02)
00059497520064025117 (decisão, 01/12/2008, decisão não digitalizada)

h) Outros – fase conhecimento:

00037565320074025117 (despacho, 09/09/2013, fl. 89)
00056587520064025117 (despacho, 07/11/2011, fl. 47)
00342116519884025117 (não encontrada a decisão que justifique a classificação como “outros – fase de conhecimento”, decisão, 03/11/2008, fl.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

91, art. 20 da L. 10.522/02 e decisão, 10/06/2014, nos termos do art. 40 da LEF)

i) Outros – fase/processo execução:

00035976620144025117 (decisão, 19/06/2015, fl. 60, motivo parcelamento, art. 792 do CPC)
00036643620114025117 (decisão, 18/11/2014, fl. 73, motivo parcelamento, art. 792 do CPC)
00061211720064025117 (decisão, 16/01/2014, fl. 435, motivo parcelamento, art. 792, CPC)
00062014420074025117 (decisão, 25/02/2015, fl. 132)
00065123520074025117 (decisão, 25/11/2013, fl. 193, motivo parcelamento, art. 792 CPC)

j) Parcelamento:

00024525320064025117 (decisão, 22/10/2013, fl. 149)
00026557320104025117 (decisão, 27/02/2015, fl. 34)
00029496720064025117 (decisão, 19/01/2015, fl. 192)
00031456120114025117 (decisão, 22/10/2013, fl. 55)
00036314120144025117 (decisão, 23/02/2015, fl. 80)

k) Aguardando julgamento de recurso:

00015774920074025117 (decisão, 26/10/2007, fl. 187)

l) Suspenso – art. 40 – Lei 6830:

00047022520074025117 (despacho, 21/01/2010, fl. 01)
00050677920074025117 (decisão, 16/03/2010, fl. 61/62)
00319754319884025117 (decisão, 10/08/2009, fl. 160)
00332979819884025117 (decisão, 26/01/2009, fl. 01)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 15/02/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 22/02/2016.**

→ SENTENÇAS
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.310

- a. Convertidas em diligência: 121

- b. Embargos de declaração: 23 (total)
 - i. Acolhidos: 09
 - ii. Não conhecidos: 01
 - iii. Rejeitados: 12
 - iv. Embargos de declaração: 01

- c. Resolução de mérito: 634 (total)
 - i. Extinção da execução: 82
 - ii. Improcedente: 89
 - iii. Improcedente – dispensada a citação: 46
 - iv. Procedente: 66
 - v. Procedente em parte: 12
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 335
 - vii. Reconhecida a procedência do pedido pelo réu: 01
 - viii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 03

- d. Sem resolução de mérito: 513 (total)
 - i. Cancelamento da dívida: 27
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 44
 - iii. Ausência das condições da ação: 01
 - iv. Sem resolução do mérito: 441



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Outros: 03 (total)

v. Extinção da Punibilidade – pagamento de débito/tributo: 02

vi. Extinção da punibilidade – desistência: 01

e. **Vazias: 16**

Observação: três intimações foram classificadas como extinção da punibilidade, por desistência ou pagamento de débito ou tributo, referentes aos processos 00025994020104025117, 00000075220124025117 e 00027689020114025117.

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação de sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0001921-20.2013.4.02.5117 (sentença, 10/02/2015, fls. 119/123)

0002125-64.2013.4.02.5117 (sentença, 06/02/2015, fls. 33/37)

0001428-09.2014.4.02.5117 (sentença, 20/04/2015, fls. 37/39, sem identificação do tipo na peça)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0004004-72.2014.4.02.5117 (sentença, 25/01/2016, Fls. 34/36)
0140309-97.2013.4.02.5117 (sentença, 11/06/2015, fl. 25, tipo C registrada como tipo A. Ver. Ofício circular nº T2-OCI-2010/00004 de 14/12/2009, item 4))
0019828-37.2015.4.02.5117 (sentença, 10/12/2015, fls. 30/33)

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0001591-57.2012.4.02.5117 (sentença, 30/01/2015, fls. 37/39)
0049066-04.2015.4.02.5117 (sentença, 10/07/2015, fls. 36/37)
0000391-44.2014.4.02.5117 (sentença, 04/02/2015, fls. 177/179)
0000843-54.2014.4.02.5117 (sentença, 02/07/2015, fls. 138/141)
0071816-97.2015.4.02.5117 (sentença, 10/07/2015, fls. 07/12, B-2 sem tipo na peça)
0000824-48.2014.4.02.5117 (sentença, 20/01/2016, fls. 55/57)

3. Sentenças tipo C (sem resolução do mérito):

0001242-20.2013.4.02.5117 (sentença, 17/08/2015, fls. 81/82)
0055856-04.2015.4.02.5117 (sentença, 14/07/2015, fls. 45/46)
0138542-24.2013.4.02.5117 (sentença, 20/08/2015, fl. 87)
0000937-36.2013.4.02.5117 (sentença, 22/01/2016, fls. 71/72)
0112543-98.2015.4.02.5117 (sentença, 13/10/2015, fls. 58/60)
0031787-05.2015.4.02.5117 (sentença, 06/10/2015, fls. 32/34)

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 15/02/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 22/02/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos incluídos nas Metas fixadas pelo CNJ têm preferência sobre os demais, seja na realização de atividades cartorárias (intimação, expedição de mandados e ofícios etc), seja na prolação de despachos, decisões e sentença.

Quanto aos demais processos, observa-se preferencialmente o critério cronológico de julgamento, seja na prolação de despachos, decisões ou sentenças”.

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

De acordo com o questionário pré-correição:

“No Gabinete, desde a última Correição, expandiu-se de três para quatro o número de servidores em auxílio aos magistrados, com o intuito de melhor coordenar as elaborações de minutas em processos de conhecimento e sentenças individualizadas.

Como descrito no item 2.4, esse incremento permitiu análises mais amplas dos processos, passando-se a analisar não apenas os processos individualmente, mas a variedade de demandas de mesmos executados, de sorte a viabilizar a reunião de feitos, na forma do artigo 28 da LEF, e concentrar atividades em um único processo com maior eficácia gerencial.

Além disso, são estabelecidas metas para que as conclusões sejam mantidas em observância dos prazos estabelecidos pela Corregedoria-Regional, de acordo com o critério de antiguidade”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

➔ **EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)**

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (Em trâmite)	Com Sentença	Informada	----	----
		Não Informada	119	119
		Natureza Executória	226	226
	Total		345	345

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 15/02/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 00
- b. Eletrônicos: 35
- c. Total de requisições: 35
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 473 dias.

Posição em	15/02/2016	Período	01/02/2015 a 31/01/2016
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro
RPV Juizado Especial	0	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RPV	29	5	3	21
Precatório em Parcela Única	6	0	5	1
Precatório Parcelado	0	0	0	0
Total Geral	35	5	8	22

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 15/02/2016.

→ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição:

“O Juízo possui em seu acervo 162 (cento e sessenta e dois) feitos, considerando-se processos ativos e de todas as classes, relativos a grandes débitos. Para o enquadramento nesse rol, foi utilizado o critério de valor mínimo da dívida equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)”.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

De acordo com o questionário pré-correição:

Quantidade de registros efetivados no mês/ano

	<i>Bloqueios</i>	<i>Desbloqueios</i>	<i>Transferências</i>
<i>fevereiro/2015</i>	312	40	71
<i>março/2015</i>	186	160	220
<i>abril/2015</i>	96	37	50
<i>maio/2015</i>	178	103	108
<i>junho/2015</i>	106	30	15
<i>julho/2015</i>	133	85	66
<i>agosto/2015</i>	63	19	22
<i>setembro/2015</i>	130	55	43
<i>outubro/2015</i>	159	90	101
<i>novembro/2015</i>	76	50	32
<i>dezembro/2015</i>	58	29	32
<i>janeiro/2016</i>	14	56	36
<i>Total</i>	1.511	754	796

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES
(Arts. 270 a 290 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“A realização de leilão, nos dias 17 de junho (1ª Praça) e 1º de julho (2ª Praça) do ano de 2015, englobou 88 (oitenta e oito) feitos, dos quais 12 (doze) tiveram bens arrematados”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Atualmente, a Vara possui 1458 registros de bens penhorados.
Fonte – Apolo – Secretaria - Consulta de Bens Penhorados”.

De acordo com o Relatório de Bens Penhorados, obtido no Sistema Apolo (Módulo Secretaria – Consultas – Consultas de Bens Penhorados, com a indicação da Vara correicionada), consta a seguinte situação:

Total de bens penhorados: 1.458

Analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Processo: 0000066-06.2013.4.02.5117

Executado: CONDOMINIO RECANTO DO ENGENHO

Data da Penhora: 30/06/2014 00:00

Tipo do Bem: Terreno

Valor do Bem: R\$ 50.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: CONDOMINIO RECANTO DO ENGENHO

Valor do Débito: R\$ 24.621,71

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: MAN.1731.003389-9/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor Total dos Bens: R\$ 50.000,00

Atuado em 17/01/2013, distribuído na mesma data. Processo suspenso em virtude de parcelamento, a partir de 28/10/2015. Última decisão em 06/10/2015, intimação do exequente para se manifestar de forma conclusiva sobre a manutenção do parcelamento do crédito pertinente à execução fiscal.

Processo: 0000212-57.2007.4.02.5117

Executado: TROCS 1151 MERCEARIA LTDA EPP

Data da Penhora: 05/02/2014 00:00

Tipo do Bem: Casa

Valor do Bem: R\$ 420.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: TEREZA FROSSARD DE SOUZA

Valor do Débito: R\$ 14.041,98

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: MAN.1731.002810-6/2009

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 420.000,00

Processo autuado em 16/01/2007, redistribuído para a 1ª Vara Federal de Execução Fiscal em 13/11/2007. Última decisão em 30/01/2015, concedendo vista ao exequente para requerer o que lhe for de direito, indicando bens a penhora; não havendo indicação de bens, suspensão por um ano na forma do art. 40, §1º da Lei 6.830/80. Processo suspenso a partir de 12/03/2015 até 12/03/2016.

Processo: 0000452-70.2012.4.02.5117

Executado: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE MODELO LTDA

Data da Penhora: 14/07/2014 00:00

Tipo do Bem: Prédio

Valor do Bem: R\$ 2.000.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE MODELO LTDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor do Débito: R\$ 104.739,51

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: MAN.1731.002418-1/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 2.000.000,00

Distribuído em 28/02/2012 para a 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ. Última decisão, em 12/12/2014, determinando a penhora de dinheiro, via sistema BACENJUD, junto às instituições financeiras até o limite da execução. Processo suspenso a partir de 12/02/2016 até 23/02/2021.

Processo: 0000467-39.2012.4.02.5117

Executado: CLUBE ESPORTIVO MAUA

Data da Penhora: 26/06/2014 00:00

Tipo do Bem: Terreno

Valor do Bem: R\$ 1.000.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: CLUBE ESPORTIVO MAUA

Valor do Débito: R\$ 566.207,32

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: MAN.1731.002421-3/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 1.000.000,00

Processo distribuído em 29/02/2012 para a 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ. Última decisão em 04/02/2016, determinando a intimação do executado para depositar judicialmente, no prazo de 48 horas, as despesas pertinentes ao leilão judicial, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para constrição de bens para garantia do débito.

Processo: 0000582-02.2008.4.02.5117

Executado: CLINICA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS S/C LTDA

Data da Penhora: 01/10/2009 00:00

Tipo do Bem: Galpão

Valor do Bem: R\$ 526.369.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: FAZENDA NACIONAL/INSS

Valor do Débito: R\$ 556.926,09

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: MAN.1731.002693-3/2009

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 526.369.000,00

Processo distribuído em 25/03/2008 para a 1ª VFEF de São Gonçalo, RJ. Última decisão em 25/11/2015, determinando a intimação do MPF, DPU, Ministério da Saúde, devido à tutela de interesses coletivos (procedimentos para viabilizar a continuidade da prestação de serviços de saúde) e a intimação do representante legal da empresa executada (clínica de saúde), com prazo comum de 30 dias. Após, vista ao exequente.

Observação: Verificou-se, também, a falta de preenchimento de alguns campos no Relatório de Bens Penhorados, tais como: local onde se encontra o bem; nº do mandado de penhora; nome do exequente; valor do bem e valor total dos bens. Além disso, em vários registros de bens penhorados, os nomes do exequente e do executado são idênticos.

Processo: 0000631-04.2012.4.02.5117

Executado: **UPGRADE CONFECOES LTDA**

Data da Penhora: 16/07/2014 00:00

Tipo do Bem: Móvel

Valor do Bem: R\$ 83.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: **UPGRADE CONFECOES LTDA**

Valor do Débito: R\$ 127.872,85

Vara: 01VFEF-SG

Mandado: ?

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 83.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo: 0000951-30.2007.4.02.5117
Executado: CEREAIS JÓIA LTDA
Data da Penhora: 07/07/2014 00:00
Tipo do Bem: Apartamento
Valor do Bem: R\$ 1.300.000,00
Quantidade: 1
Local: ?
Exequente: ?
Valor do Débito: R\$ 287.457,04
Vara: 01VFEF-SG
Mandado: ?
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 1.300.000,00

Processo: 0001043-08.2007.4.02.5117
Executado: COG SERVICOS MEDICOS S/C LTDA
Data da Penhora: 19/07/2007 00:00
Tipo do Bem: Bem Semovente
Valor do Bem: ?
Exequente: COG SERVICOS MEDICOS S/C LTDA
Valor do Débito: R\$ 10.928,19
Vara: 01VFEF-SG
Mandado: MEX.1701.000655-6/2007
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 0,00 ?

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 15/02/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, **posição** até 18/02/2016 às 17h37min.

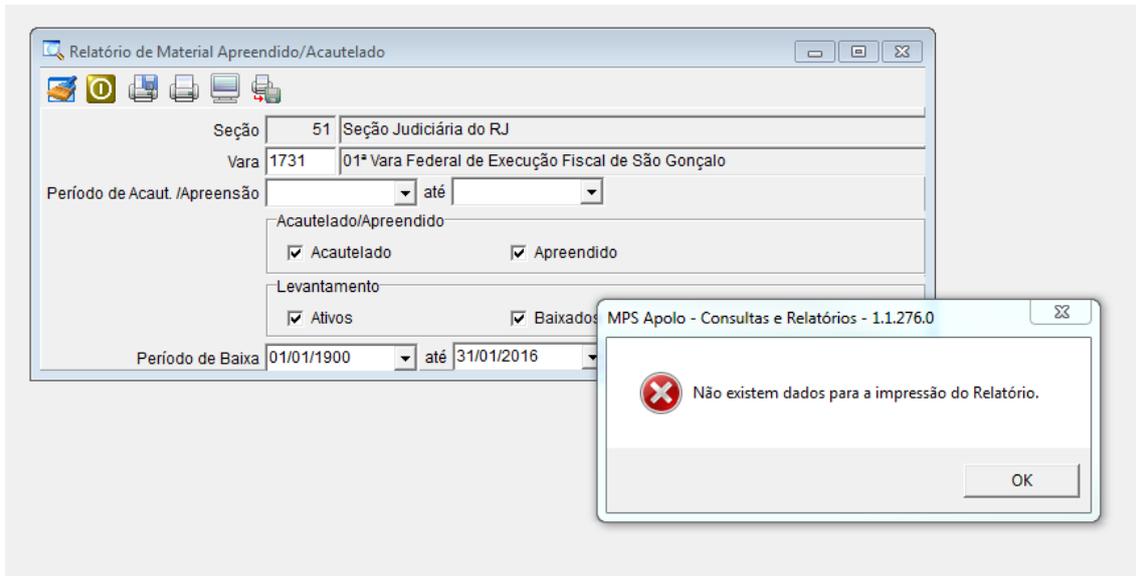
➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011, CNJ; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Relatório de Material Apreendido - Acautelado



Observação: Não há bens acautelados ou apreendidos no juízo correicionado, de acordo com o mapa “Relatório de Material Apreendido e Acautelado”, emitido em 15/02/2016, abrangendo o período compreendido entre 01/01/1900 e 31/01/2016.

De acordo com o questionário pré-correição, foi informado o seguinte:

“Há apenas 3 processos com bens acautelados neste juízo; todos os bens são cartas de fiança em garantia da execução.

Embora os referidos bens não sejam passíveis de expropriação, se a relação dos processos e sua atual situação:

NÚMERO	BEM ACAUTELADO	SITUAÇÃO DO PROCESSO
0000190-23.2012.4.02.5117	CARTA DE FIANÇA	Suspense, aguardando julgamento de ação anulatória em outro juízo.
0000936-51.2013.4.02.5117	CARTA DE FIANÇA	Aguarda o julgamento dos Embargos à Execução conexos.
0001269-37.2012.4.02.5117	CARTA DE FIANÇA	Suspense, em razão de decisão na forma do artigo 28 da LEF.

Os bens ficam acautelados no cofre do juízo, localizado no Apoio ao Gabinete, cuja chave e segredo para sua abertura ficam exclusivamente em posse do diretor Bruno.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Os bens são acautelados após a emissão de termo de acautelamento juntado ao processo eletrônico, com ciência às partes”.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, emitido em 15/02/2016.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, o juízo correicionado informa o seguinte:

“Os Livros e Pastas obrigatórias, conforme ordenado pelo Conselho da Justiça Federal, são usados pela Secretaria de forma adequada e os papéis estão sendo devidamente arquivados em Pastas de controle interno, não havendo irregularidades. Porém, em razão de o acervo do juízo ser integralmente eletrônico, quase não são mais usadas pastas, mantidas apenas as necessárias a eventual remessa de guia ou guarda de petição em um único armário de metal existente na serventia”.

Por sua vez, conforme o relatório de inspeção anual:

“Verificou-se que os Livros e Pastas obrigatórias, conforme ordenado pelo Conselho da Justiça Federal, são usados pela Secretaria de forma adequada e que os papéis da Secretaria estão sendo devidamente arquivados em Pastas de controle interno, não tendo sido detectadas irregularidades”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 5. Relatório de Inspeção Anual, item 3 (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08943), de 10/06/2015..

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“As instalações físicas são regulares e adequadas ao desenvolvimento das atividades do juízo”.

Por sua vez, nos termos do Relatório de inspeção anual:

“No que se refere aos equipamentos e mobiliário, verifica-se que, após a adoção de medidas para regularizar a disposição física dos móveis e consequente devolução do que não era necessário ao acervo do juízo, o mobiliário é adequado ao desenvolvimento do trabalho da equipe, bem como à iminente chegada de juízes dsubstitutos a exercerem jurisdição na vara, de acordo com o Ato N° TRF2-ATC-2015/00121, de 12 de maio de 2015”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 4, e Relatório de Inspeção Anual, item 13 (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08943), de 10/06/2015..



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Verificou-se, por meio da autoinspeção, que foram alcançados os objetivos anteriormente propostos e, com isso, foram obtidos resultados relevantes e satisfatórios.

6.2.1. Três meses:

A meta para os próximos 3 meses é a observância rigorosa dos prazos para processamento fixados por esta Corregedoria-Regional, além de otimizar a análise dos processos distribuídos, com o intuito de reduzir o tempo para decisão inicial.

6.2.2. Seis meses:

No prazo de 6 (seis) meses, o objetivo é reduzir a tramitação ajustada e a tramitação total.

6.2.3. Um ano:

Em um ano, além da manutenção e aprofundamento dos resultados obtidos, o objetivo é desenvolver uma metodologia ainda mais eficaz na gestão dos processos, de maneira a criar um modelo de gestão nos juízos de execução fiscal”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Carlos Alberto de Araujo Rocha, mat. n.º 11.308